

TEMA LIVRE

A SEMÂNTICA DAS PREPOSIÇÕES NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

THE SEMANTIC OF PREPOSITIONS IN TRADITIONAL PORTUGUESE GRAMMARS

Ednei de Souza Leal*

Resumo: O que pretendemos neste artigo é mapear as intuições produzidas em gramáticas tradicionais que se aproximam da noção de *primitivos semânticos* postulado na segunda metade do século XX. Juntamente com isso, procuramos desmistificar o discurso corrente de que as chamadas gramáticas tradicionais são meras repetições seculares. Ao contrário do próprio discurso normativista, o qual postula que a preposição não contém significado independente, algumas gramáticas fazem apontamentos bastante originais acerca dessa classe. Nesse sentido, apontaremos uma incongruência dentro do sistema teórico da gramática tradicional, qual seja o de que o discurso normativista contradiz o próprio conteúdo da obra. Ao contrário, em certas obras a descrição da classe das preposições vai até além daquilo que caberia a um compêndio dessa natureza.

Palavras-chave: Gramáticas tradicionais. Semântica lexical. Historiografia linguística.

Abstract: Our aim in this article is to map the insights produced in traditional grammars approaching the notion of *semantic primitives* postulated in the second half of the twentieth century. Along with this, we demystify the current discourse that calls traditional grammars are secular repetitions merely. Unlike the normative discourse itself, which postulates that the preposition contains no independent meaning, some grammar notes are quite unique about this class. Accordingly, we shown out an inconsistency within the theoretical system of traditional grammar, which is the normative discourse that contradicts the own content of the work. Unlike in some works the class description of prepositions goes up beyond what would fit a traditional grammar.

Keywords: Traditional grammars. Lexical semantics. Linguistics historiography.

* Mestrando do programa de pós-graduação da UFPR.. O Autor é bolsista do programa de fomento CAPES/Reuni vinculado a UFPR, sem o qual a confecção deste artigo não seria possível. Email: edsleal79@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Sistematicamente, desde praticamente os estudos comparatistas do século XIX, as chamadas gramáticas normativas ou Gramáticas Tradicionais (GT / GT's daqui em diante ou quando pertinente) são objeto de ataque constante. Essa situação veio a se agravar ainda mais com a ascensão do Estruturalismo no início do século XX. Mais recentemente, no chamado pós-estruturalismo, a situação não se reverteu, embora haja vários estudos dedicados à velha Gramática Tradicional: Moura Neves (1976); Borges Neto (1998, 2002, 2012), Mattos e Silva (1989), dentre outros.

Não queremos neste artigo fazer louvores descabidos à GT; mas por outro lado, acreditamos que sua contribuição ainda é, de certo modo, válida. Isso para além das classificações das quais ainda hoje nos valem, tais como *substantivo*, *verbo*, *preposição* etc., mas ainda por toda sua contribuição milenar, seja mesmo para fins de contraponto às modernas teorias linguísticas que, via de regra, surgiram apenas no século XX – neste particular, a primeira gramática na tradição ocidental surge muito antes, por volta do século II a.C., a *Tékhne Grammatiké* de Dionísio. Ou, seguindo Borges (2012), para quem a gramática é a primeira teoria linguística a qual nos valem fortemente.

Antes de tudo, numa perspectiva historiográfica, devemos ter cautela ao investigarmos obras ou noções muito distantes no tempo, tomando em consideração as possibilidades das quais aqueles teóricos/pensadores tinham em mãos. É por essa razão, principalmente,

que devemos levar em conta certas noções das GT's, menos pela adoção dessas noções já em sua grande maioria superadas, e mais por percebermos de que modo foram construídos por meio delas os diversos modos de pensar a língua até os dias de hoje.

Neste trabalho procuraremos fazer uma associação um tanto perigosa entre a moderna noção de *primitivos semânticos* – que teria surgido pela primeira vez em Katz & Postal (1963), na revista *Language* – e as diversas e díspares descrições presentes nas gramáticas tradicionais. Para tal, tomaremos para esta análise apenas a classe gramatical denominada *preposição*, mais particularmente as preposições *a*, *em* e *para*. O critério da escolha se dá por diversos fatores, um deles é estatístico. Segundo Kleppa (1993), estas três preposições aparecem com maior frequência no português falado no Brasil atualmente (isso segundo dados retirados do *corpus* do projeto NURC). Esse dado nos leva a outra constatação posta em Ilari et al. (2005), de que tais preposições são as mais gramaticalizadas na língua portuguesa:

Se considerarmos a classe das preposições como um todo: algumas preposições, como *a*, *de*, *com*, *em* e *para*, se encontram em um estágio mais avançado de gramaticalização do que outras. Prova disso é que essas preposições mais gramaticalizadas são encontradas em um número substancialmente maior de construções sintáticas do que as outras preposições; apenas elas podem “realizar tarefas” mais tipicamente gramaticais, como introduzir argumentos dos verbos [...] (p. 633/634).

O que procuraremos demonstrar neste trabalho, então, é que a noção – tomada aqui de maneira intuitiva – de *primitivos semânticos* já estava, de alguma forma, posta em certas GT's em língua portuguesa aqui estudadas e que fazem parte de nosso *corpus*. Por outro lado, o que queremos comprovar com isso é que há uma disparidade entre o discurso normativista da GT e o conteúdo que nela perfigura. Mais propriamente, o discurso posto, no nosso caso, é o de que a classe das *preposições* não teria nenhum significado, mas apenas articularia uma espécie de “relação” entre dois termos. Procuraremos, então, provar o contrário. Em várias das GT's aqui estudadas, as quais se tem intuições bastante originais, a classe das preposições apresenta um sentido para além da mera relação que ela promove. Ainda, muitas dessas noções, construídas de maneira intuitiva, se aproximam da moderna noção de *primitivos semânticos*.

2.0 CORPUS

Faço agora aqui um brevíssimo apanhado de nosso *corpus*, ou seja, das gramáticas analisadas, e tentarei, na medida do possível, justificar minhas escolhas.

2.1. A GRAMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA DE FERNÃO DE OLIVEIRA.

É tida como a primeira gramática da língua portuguesa, de 1536. Dela nos valem mais pelo registro histórico do que pelas descrições propriamente, embora obviamente ela tenha seu valor, para além do histórico, como confirma a coletânea *Fernão de Oliveira, um gramático na história*, organizado pelo professor Carlos Assumpção.

2.2. MÉTODO GRAMATICAL PARA TODAS AS LÍNGUAS DE AMARO DE ROBOREDO

Escolhemos essa obra por duas razões básicas – na análise, adiante, se verá que dela não se tem nenhuma classificação semântica – a primeira é sua importância histórica. A segunda, dentro de sua longa produção, é o fato de ela ter sido editada em 1661 – cinco anos antes da *Gramática de Port-Royal*, portanto – e de ter já tendências racionalistas bastante claras, conforme o título já prenuncia. Trata-se de uma gramática “comparativa” entre latim e português.

2.3. GRAMÁTICA PORTUGUESA DE MANOEL DIAS DE SOUZA

Editada originalmente em 1804, dentre as obras aqui elencadas, talvez seja a mais obscura. Produzida por um pároco enclausurado. De tendências bastante racionalistas, essa obra aguarda ainda estudos mais pormenorizados.

2.4. GRAMÁTICA FILOSÓFICA DA LÍNGUA PORTUGUESA DE JERÔNIMO SOARES BARBOSA

Editada postumamente em 1822, possivelmente produzida entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira do século XIX, é a mais bem acabada obra do chamado *período racionalista* das gramáticas em língua portuguesa, dada sua inventividade e originalidade na descrição dos fatos linguísticos. Clássico exemplo de uma gramática “racional” no sentido estrito do termo, isso porque de tradicional ela só mantém as classificações e nada mais.

2.5. GÊNIO DA LÍNGUA PORTUGUESA DE FRANCISCO EVARISTO LEONI

Embora o título e o subtítulo – *causas racionais* – denunciem uma orientação racionalista, é inegável nesta obra a influência dos métodos comparatistas alemães, já em 1849, ano de sua edição. Algo que indica isso é o fato de essa obra tratar apenas das classes de palavras e, eventualmente, do estudo da ortografia, da prosódia e do som. Trata-se de uma obra bastante extensa, com dois tomos, cada um dos quais com cerca de 350 páginas, ao tratamento de cada uma das classes de palavras (parte do tomo II) é debatido a exaustão.

2.6. GRAMÁTICA EXPOSITIVA DE CARLOS EDUARDO PEREIRA

Editada originalmente em 1902 – tomamos aqui a 60ª Edição, de 1943 – dada sua qualidade, foi uma das obras gramaticais mais editadas e reeditadas no Brasil, até o final dos anos de 1950, com o surgimento da Norma Gramatical Brasileira.

3. MÉTODOS EMPREGADOS

Com base nos estudos da Filosofia da Linguística corrente: Borges Neto (2002) e Katz (1985), principalmente; também com base na Historiografia Linguística, de Koerner (1979, 1989, 1991) e Swiggers (2002), calcamos a parte histórica e epistemológica de investigação deste trabalho.

As investigações de ordem semântica foram inicialmente baseadas inteiramente na chamada *Semântica Gerativa*, de nomes já citados ou que serão citados ao longo

do texto. No entanto, para uma descrição mais acertada do português, com vistas ao português brasileiro, as contribuições foram retiradas principalmente dos estudos de Franchi (1991/2002), Ilari et al. (2005), Kleppa (1993) e Castilho (2005).

Ademais, o trabalho é de cunho qualitativo, de apreciação e análise das gramáticas aqui focalizadas.

4. PORQUEA “INTUIÇÃO” COMO PARÂMETRO DE PESQUISA HISTORIOGRÁFICA E FILOSÓFICA

Neste artigo, fizemos o levantamento bibliográfico de seis gramáticas tradicionais, em seus capítulos concernentes à Preposição. Isso feito, constatamos que, diferentemente do próprio discurso normativista tradicional, para o qual as preposições não têm significado próprio, em algumas dessas gramáticas, ao contrário, o critério de classificação é justamente o semântico.

Em se tratando de gramáticas prescritivas, assumimos que os critérios de classificação nelas usados são obviamente de natureza intuitiva. Ora, segundo Popper, a moderna ciência se caracteriza por ser mais dedutiva do que indutiva; ou seja, parte de uma premissa e dela toma dados e os experimenta para confirmar essas premissas. Aqui, podemos exemplificar o paradigma estruturalista como mais intuitivo; e algumas correntes pós-estruturalistas que tomam seus dados intuitivamente como mais dedutivista. E não somente com a linguística, mas com outros diversos ramos da ciência, os dados são a priori tomados intuitivamente,

quando não, alguns axiomas devem ser tomados de maneira intuitiva. De qualquer forma, diferentemente do que pretendia radical e ingenuamente o positivismo, a ciência nunca se livrará da metafísica, ou seja, sempre partirá, no limite, da pura fé:

[...] não existe um método lógico de conceber ideias novas ou de reconstruir logicamente esse processo [...] toda a descoberta encerra um “elemento irracional” ou “uma intuição criadora” [...] e modo similar, Einstein fala da “busca daquelas leis universais [...] com base nas quais é possível obter, por dedução pura, uma imagem do universo. Não há caminho lógico”, diz ele, “que leva a essas [...] leis. Elas só poderiam ser alcançadas por intuição, alicerçada em algo assim como amor intelectual (*Einführung*) [...]”. (*A Lógica da Pesquisa Científica*, p. 32 – grifos nossos. No original, Popper retira o citado trecho de Einstein de *Mein Weltbild*, 1934)

Pode-se dizer, então, que boa parte do trabalho científico é calcado na intuição. Por outro lado, também não queremos afirmar que todo conhecimento obtido dos métodos científicos sejam intuitivos. Muito pelo contrário, o objetivo dos métodos científicos é o de “limpar” determinadas intuições ligeiramente observadas; à intuição, no entanto, é reservada boa parte do trabalho científico. Dentro dos estudos da linguagem, por outro lado, nas GT's o tipo de obtenção de conhecimento, resguardada suas devidas proporções, é parecido com aqueles próprios dos métodos científicos. Não queremos dizer com isso que as gramáticas

aqui investigadas apresentam em seu conteúdo noções autenticamente científicas¹.

Por outro lado, a moderna linguística, corrente de estudos que há mais de cem anos tenta firmar-se como modelo científica, vale-se desse preceito popperiano². Veja-se, por exemplo, os modelos encetados pela chamada Gramática Gerativa Transformacional. Os dados de análise tomados para fins experimentais partem, em sua maioria, da pura intuição dos falantes. Assim, o critério de boa ou má formação de uma dada sentença se faz intuitivamente pelo pesquisador linguista, mesmo assim, o paradigma gerativista não deixa de ser válido. Pelo contrário, a Gramática Gerativa é uma das mais representativas e respeitadas correntes teóricas da linguística pós-estruturalista da segunda metade do século XX e que perdura nesse início de século.

Dentro desse paradigma, até então exclusivamente sintático, surge, em meados dos anos 1960 uma Semântica de base gerativista. Principalmente representada pelas figuras de Jackendoff, Katz, Postal, Pustejovski, dentre outros, essa corrente empresta noções da Sintaxe Gerativa para apresentar seus argumentos a favor de uma Semântica universal. Ora, da mesma forma que Chomsky colhe seus dados da pura intuição dos falantes, com base em sua crença no inatismo da linguagem; também Jackendoff vai dizer que a construção do

¹ Sobre a pretensa científicidade da linguística novecentista, ver *A Revolução tecnológica da Gramatização*, de Sylvian Auroux 1992.

² Ressalve-se aí que o chamado Estruturalismo, especialmente o de base europeia, era fortemente influenciado pelos dados coletados, de base *indutivista*, portanto.

sentido das sentenças parte de “primitivos”, os quais são também inatos. Da mesma forma dedutiva, Jackendoff vai postular traços primitivos semânticos que estariam presentes na mente/cérebro dos falantes:

Corresponding to the indefinitely large variety of syntactic structures, then, there must be an indefinitely large variety of concepts that can be invoked in the production and comprehension of sentences. It follows that the repertoire of I-concepts expressed by sentences cannot be mentally encoded as a list, but must be characterized in terms of a finite set of mental primitives and a finite set of principles of mental combination that collectively describe the set of possible I-concepts expressed by sentences.³ (*Semantics Structures*, p. 7-8)

O mesmo Jackendoff vai também defender que os falantes vão distinguir intuitivamente os vários usos de uma mesma palavra – por exemplo as preposições – de forma intuitiva. E é neste sentido que procuraremos demonstrar pelas nossas observações e análise que o critério intuitivo (ver ILARI et al. 2005: 633, nota 12) de classificação dos *primitivos semânticos* postulado por Katz & Postal e Jackendoff, já estava presente, de

³ “Se se corresponde a uma variedade infinita de estruturas sintáticas deve haver, então, uma variedade infinita de conceitos que podem ser invocados na produção e compreensão das sentenças. Disso resulta que o repertório de n-conceitos expressos verbalmente não pode ser mentalmente codificado como uma lista, mas deve ser caracterizado em termos de um conjunto finito de princípios da mente (ou *primitivos mentais*) e um conjunto finito de princípios mentais combinados que descrevem coletivamente o conjunto de possíveis de n-conceitos expressos pelas sentenças.”

certo modo, e resguardando as devidas épocas e limitações, em algumas das gramáticas tradicionais aqui analisadas.

De outro modo, podemos ainda seguir Borges (2012), para quem as noções “importantes” das GT’s para a moderna linguística são, na verdade, uma convenção simplificadora. Para Borges, então, quando linguistas usam noções como *advérbio*, *preposição* ou *desinência*, eles “[...] estão, na verdade, usando a noção tradicional como um meio prático e operacional de isolar um conjunto de fenômenos linguísticos, sobre o qual recairá sua proposta de teorização. A classe tradicional é apenas *protocolar*: é um meio de circunscrever, de forma neutra, um conjunto de fenômenos.” (p. 96). Protocolar, diríamos, são noções que há muito estão estabelecidas – por exemplo, desde as mais remotas gramáticas – e que auxiliam os mais modernos a obterem resultados para além dos velhos postulados. É nesse sentido também que procuraremos aqui associar as classificações tradicionais – e intuitivamente semânticas – de preposições com a moderna noção de *primitivos semântica*.

5. DAS PREPOSIÇÕES: DO QUE SE SABE E DO QUE SE ESPECULA

A palavra preposição vem do latim *prepositionem* e significava “posicionar-se à frente”, seu significado justamente marca sua função ainda hoje. Etimologicamente, as três preposições aqui focalizadas têm a seguinte derivação latina: **a < ad; para (< pera) < per ad e em (< en) < in.**

À medida que o latim ia perdendo seus casos, ou seja, quando o material fonético que marcava a atribuição de caso ia se

modificando e, assim, não mais deixando claras suas marcações semânticas, ganhava preposições para substituir esses casos. Assim também surgem as preposições nas línguas neolatinas.

Hoje sabemos que as preposições não só articulam dois “termos” para que esses tenham significado, mas que ela própria possui significado. É claramente diferente o significado da sentença “Estou disponível *para* Luíza” de “Estou disponível *com* Luíza”; ou seja, ambas as sentenças têm exatamente a mesma estrutura sintática, a mesma disposição de palavras, inclusive as mesmas palavras, exceto a preposição que justamente muda completamente o sentido de toda a sentença.

6. UMA CLASSIFICAÇÃO SEMÂNTICA DAS PREPOSIÇÕES

Um dos problemas básicos da Semântica é o de relacionar língua e mundo, algo que se torna ainda mais difícil no caso das preposições que, por assim dizer, é uma classe de palavras que funciona apenas dentro do sistema gramatical, não tendo assim uma relação mais direta com o mundo. Isso se relaciona, de certo modo, àquilo que Jackendoff chamou de “problema de correspondência”, ou seja, correspondência entre a parte formal da semântica e as relações sintáticas; parece que é esse problema que nos interessa aqui, pois que não se pode desvincular a estrutura sintática e a significação das preposições.

Por outro lado, no entanto, Franchi (1989) acredita que, embora interdependentes, as relações gramaticais,

entre sintaxe e semântica, por exemplo, não precisam ser necessariamente vinculadas. Para Franchi e Ilari et al. (2005), as relações sintaxe/semântica podem de fato acontecer de modos completamente separados um do outro. E é nesse sentido que conduziremos nosso trabalho, ainda que nos pareça válida a noção de *primitivos semânticos*.

6.1 A VERTENTE GERATIVISTA DA SEMÂNTICA

Tão logo surge como modelo científico, que ficou posteriormente conhecido como *modelo padrão*, com a obra *Semantic Structures*, de Noam Chomsky, o gerativismo enfrenta duras críticas com relação à sua interpretação do sentido das línguas naturais. Posto neste modelo padrão de 1957 a sintaxe como central à língua, ou seja, estaria a contraparte sintática situada numa região abstrata a que foi chamada de *estrutura profunda*, este modelo relegaria a contraparte semântica a interpretações lógicas puramente, e ainda em seu processo final, o *out-put*. Dessa forma, e por herança do Estruturalismo norte-americano, Chomsky relega a semântica a um campo de estudos de competência de outros ramos científicos, talvez a psicologia, e não à linguística.

Já em 1963, Katz & Postal, partidários do gerativismo, publicam um artigo numa revista especializada (*Language*) contestando fortemente essa visão chomskyana da semântica. Ao contrário, esses pesquisadores propuseram que o que gera significado na língua estaria justamente nessa entidade abstrata chamada de *estrutura profunda*. O próprio Chomsky viu-se obrigado a reformular

sua teoria, e em 1965 lança a obra *Aspects of the Theory of Syntax*, obra que inaugura o chamado *modelo padrão estendido*. Nessa obra, ao contrário da primeira, ele assume alguns preceitos semânticos de seus colegas e se vê obrigado a incluir a semântica em seu modelo.

Katz, Jackendoff e outros, no entanto, persistem na ideia da centralidade semântica e, dados os embates metafísicos profundos, faz que esses dois grupos rompam relações definitivamente:

Aqueles que se denominam semanticistas gerativos acreditam que o componente gerativo de uma teoria linguística não é a sintaxe... mas a semântica, que a gramática principia com a descrição do significado de uma sentença e gera, em seguida, as estruturas sintáticas por meio da introdução de regras sintáticas e regras lexicais. A sintaxe torna-se, então, uma coleção de regras para expressar significado. (BORGES Neto 1991, p.: 186, grifo meu).

Rompimentos à parte, a noção de *primitivos semânticos*, surgida pela primeira vez no referido artigo de Katz e Postal (1963) (*The Structure of a Semantic Theory*) – e melhor desenvolvido no modelo de Jackendoff (1972) – diz que os sentidos não são construídos como uma coleção de acepções, tais como postas num dicionário, mas como um feixe de traços com valores positivos ou negativos numa espécie de graduante, conforme as lexis sinônimas se aproximam. Por exemplo, entre os sinônimos *homem* e *menino* um dos traços que possivelmente os diferencia é o traço [+ adulto] daquele. Conforme já dito

anteriormente, nos valeremos dessa noção para tentar mostrar que ela já estava, de alguma forma, posta em certas GT's. Ressalvando-se, obviamente, que esses mesmos traços serão atribuídos de maneira bastante diferente para as preposições que, segundo a tradição estruturalista, é uma classe de palavras ditas *funcionais*. Modernamente sabemos que, embora tenham um dado significado, essa classe de palavra não pode jamais receber o mesmo tratamento que, digamos, um substantivo. A seguir, tentaremos estabelecer um padrão de *primitivos semânticos* para as três preposições aqui estudadas, dentro da tradição linguística brasileira.

6.2. A VERTENTE MULTISSISTÊMICA / COGNITIVA DA SEMÂNTICA

Para termos uma visão mais acertada das preposições em Língua Portuguesa, nos valem das noções de Ilari et al. (2005), Cançado (2000), Kleppa (2003) e Castilho (2001) e (2009), principalmente. Isso porque esses linguistas também se valem dos traços de *primitivos semânticos* para tentar uma classificação das preposições vigentes no português brasileiro. Em seguida exporemos uma dada classificação ponderada e pertinente desses linguistas.

6.2.1. CASTILHO / ILARI

Para Castilho (2000 e 2009), as preposições são “nexos de significado” e sua função prototípica é a de “posicionar no espaço os referentes por ela articulados, os quais tradicionalmente serviam de figura e fundo”, ou o que os gramáticos irão chamar de antecedente e conseqüente.

O mesmo Castilho ainda diz que tal relação é “assimétrica”, pois não pode ser proporcionalmente invertida; segundo o exemplo do autor, podemos dizer “o livro em cima da mesa”, mas jamais “a mesa em baixo do livro”.

O mesmo Castilho, em consonância com Ilari et al., faz a seguinte proposta de classificação para a preposição portuguesa:

Preposição do eixo horizontal, dividida em: *horizontal de origem* e *horizontal de meta*, por exemplo, as preposições **a** e **para**;

Preposição do eixo vertical, dividida em: *superior* e *inferior*;

Preposição do eixo transversal, dividida em: *anterior* e *posterior*, por exemplo, a preposição **em**;

Preposição do eixo Contínente ~ Conteúdo, dividida em: *dentro*, por exemplo, a preposição **em**; e *fora*.

Preposição do eixo Proximidade ~ Distância, dividida naturalmente em: *proximal* e *distal*.

Conforme pudemos perceber, a preposição *em* prefigura em duas classificações distintas: as do eixo transversal posterior, e as do eixo contínente/conteúdo dentro. As preposições *a* e *para* prefiguram nesta classificação no eixo horizontal de meta; naturalmente, pois seus significados são bem próximos, tanto que, segundo diversos estudos, *a* está paulatinamente sendo substituído no PB por *para*.

6.2.2. BERG / CANÇADO

Para Berg (2006), em consonância com Cançado (2000) e (2003), baseadas na *Teoria de Papéis Temáticos*, a preposição em PB apresentaria a seguinte classificação semântica:

Desencadeador;

Afetado – Neste, são apenas os complementos de verbos bitransitivos, o exemplo que dá é: “*Pedro casou-se com a viúva*”, vai dizer que no sintagma (SP/PP) “*com a viúva*” dirá que há mudança de estado da *viúva*, e é por essa razão que diz-se que o estado daquele que é acarretado pela preposição é o ente “afetado”;

Controle – que é compatível, a princípio, com todas as propriedades de todas as preposições; e

Estativo – que divide-se em doze subclasses: (ver: Moreira (2000), Silva (2002)):

Estativo-Objeto – “*entidade a qual se faz algum tipo de referência*”;

Estativo-locativo – “*o lugar em que se encontra o objeto referido*”;

Estado-origem – “*a origem, ou a fonte, ou a procedência de alguma coisa*”. Podem incorporar:

Origem-locativo; *Origem-temporal*; *Origem-objeto referencial*;

Estado-via – “*expressam a via (o ambiente) por onde se desencadeia o processo*”;

Estativo-alvo – “*expressam o termo final de uma ação ou processo*”. Divide-se em:

Alvo-locativo; *Alvo-temporal*; *Alvo-objeto referencial*;

Estativo-modo – “*expressam o modo de ser, estar ou atuar de algo ou alguém*”;

Estativo-tempo – “*tempo em que ocorre algo*”;

Estativo-valor – “*valor numérico que se atribui a alguma coisa ou àquilo que se pode quantificar*”;

Estativo-instrumento: “*ser instrumento para desencadear o processo*”;

Estativo-material – “*substância (material) usada no processo*”;

Estado-beneficiário – “*entidade favorecida ou desfavorecida de um evento*”;

Estativo-companhia – “*ser a companhia de algo ou alguém*”;

Estativo-condição – “*ser a condição para que algo ocorra*”;

Estativo-exclusão – “*ser a exclusão de algo*”;

Estativo-finalidade – “*expressa o propósito do processo*”.

Nesta classificação, as preposições **para** e **a** também têm os mesmos significados, quais sejam: *estativo-alvo* (Ele andou de casa a escola / João jogou a bola para Maria) e *estativo-locativo* (Fernando falou ao povo / Fernando falou para o povo). A preposição **em** aparece em: *estativo-objeto* (Roberto confia em sua namorada); *estativo-alvo* (A casa situa-se na esquina da praia); *estativo-modo* (O orientador numerou os capítulos em ordem alfabética); *estativo-via* (Eu viajei no ônibus da escola); e *estativo-valor* (As despesas orçaram em muitos reais).

Ainda segundo Kleppa (2003) e igualmente constatado em Ilari et al. (2005), estatisticamente as preposições mais usadas no PB atual são, na ordem: *de*, *em*, *para* e *a*. Novamente, esse foi um dos critérios para a escolha de tais preposições neste trabalho. Tal estatística redundante em dizer que, possivelmente, essas preposições são as mais usadas por serem as mais gramaticalizadas ao longo da história da língua portuguesa. Obviamente tal questão, embora altamente pertinente, não cabe neste trabalho.

Assim como também é pertinente a questão dos significados inerentes às preposições “irmãs” *a* e *para* ao longo do tempo na língua portuguesa, constatadas nas mesmas gramáticas. Mas, da mesma maneira, também não caberia a esta breve discussão.

7. DESCRIÇÃO, APRECIÇÃO E ANÁLISE DAS PREPOSIÇÕES NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

A descrição que se segue, conforme já dito, usará o critério cronológico: primeiro serão expostas as descrições das gramáticas mais antigas.

7.1. A GRAMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA – FERNÃO DE OLIVEIRA, 1536.

Esta obra difere bastante do que hoje chamamos de gramática. Trata-se mais de um compêndio em forma de crônica do que propriamente um manual topicalizado em assuntos pertinentes.

Na verdade não há uma classe exclusiva das preposições, antes, Fernão de Oliveira vai chamá-los de “artigos prepositivos” ou artigos que marcam caso; em oposição aos *artigos nominativos*, que são aqueles que fazem flexão de gênero e número: “A diferença que têm os casos dos artigos é que, no primeiro caso, a que os Latinos chamam *nominativo*, nós lhe podemos chamar *prepositivo* [...] (p. 109)”.

Novamente, esses artigos prepositivos vão marcar os casos: genitivo, possessivo e dativo. Separa, no entanto, como artigos nominais as contrações, *ao* e *para o* e seus plurais. Ademais, segue o registro das seguintes preposições sem mais discussões acerca de sua etimologia, sintaxe ou

significado: *em* – e sua contração *no*; *de* – e sua contração *do*; *pelo*, *c'o* e *para*. Chamo atenção especial para o fato de o gramático não descrever a preposição *pera*, mas apenas a forma mais nova *para*.

7.2. MÉTODO GRAMATICAL PARA TODAS AS LÍNGUAS – AMARO DE ROBOREDO, 1661

O assunto concernente à preposição situa-se na página 42 dessa edição, correspondente ao capítulo II, e ocupa pouco mais de duas páginas.

Embora não haja uma classificação propriamente semântica nesta obra, insistimos em descrevê-la por conta de algumas eventuais intuições que julgamos pertinentes apontar aqui. A primeira delas é de cunho etimológico. Após Duarte Nunes de Leão, muito provavelmente é o primeiro apontamento consistente que se faz sobre preposições numa obra gramatical portuguesa. Diz Roboredo que todas as preposições portuguesas são herdadas do Latim, e que essas mesmas ou “regem” **acusativo**: *para*, *junto*, *até*, *com*, *em*, *por*, *contra*, *aquém*, *ao redor*, *fora*, *per*, *pera*, *detrás*, *abaixo de*, *segundo*, *sobre*, *em cima*, *sem*, *afora*, *dentro*, *além de*, *ante*, *diante*, *entre*.; ou regem **ablativo**: *de*, *desde*, *com*, *diante*, *em*, *em presença*, *por*, *ante*, *sem*, *até*. Há ainda, para o autor pré-racionalista, uma terceira via, em que algumas preposições poderiam reger os dois ao mesmo tempo, **acusativo** e **ablativo**: às *escondidas*, *para* (2), *contra* (3), *pera* (2), *em* (2), *debaixo*, *sobre*, *em cima* (*encima*). Marcamos com um número entre parêntesis as ocorrências repetidas.

Duas observações ainda se fazem pertinentes: uma delas é que o autor não distinga “preposição” de “locução prepositiva”.

Ainda, a segunda e mais importante, é o fato de que, embora Roboredo não faça distinção semântica, é o único aqui que faz distinção entre a preposição **para**, que seria acusativo ou acusativo e ablativo; e **pera**, que além dessas funções, pode também reger *dativo*.

7.3. GRAMÁTICA PORTUGUESA – MANOEL DIAS DE SOUZA, 1804

Nesta gramática, o assunto relativo à preposição ocupa nove páginas (129 a 138) do capítulo VIII, dedicado às palavras inflexionáveis. Tal obra parece guiar-se segundo os preceitos das gramáticas filosóficas. De qualquer forma, resguarda ideias bastante originais, por exemplo, para além de repetir o discurso de que as preposições “servem para designar relações que algumas partes do discurso têm uma com a outra” ou ainda “tem a preposição uma significação vaga e não fazem sentido completo, senão por meio de um complemento, que se lhes ajunta e lhes fixa o sentido”.

Por outro lado, como já o dissemos, muitas dessas gramáticas originais contradizem o próprio discurso a que são tributárias, sendo assim, vai escrever Souza logo no parágrafo seguinte: “Contudo, a **significação** das preposições é independente de outra qualquer palavra antecedente ou conseqüente [...]”, nesse particular trata o gramático da preposição *de*, que, segundo sua concepção, tem um sentido independente. Mais adiante vai fazer uma classificação segundo critérios semânticos: “Aquelas que como Adjetivos exprimem relações de qualidade das coisas chamam-se *enunciativas*; aquelas que como

os Verbos exprimem relações de ação de quem obra, chamam-se Preposições de ação.” Ainda, vai fazer uma classificação segundo as funções – novamente semântica. Das *enunciativas*, divide-as em: **preposições relativas à situação** (*sobre, debaixo, diante, detrás, em* – notamos que esta não está em sua primeira relação, reproduzida acima – *fora, perto, longe, defronte, contra, além, aquém, até, ante, depois* e entre); **preposições relativas ao lugar** (*em, para, de, por, desde* e *junto*); **preposições relativas ao tempo** (*desde, depois, durante*); **preposições relativas à união** (*com, sem, exceto, fora*); e **preposições relativas à propriedade, dependência e origem** (*de* e *a*). Das *circunstanciais* ou que ele chama também de *preposições relativas às ações*, diz que são em número bastante reduzido, isso porque “[...] as ações têm muito menos faces que os objetos físicos, e são menos suscetíveis a variações opostas, de sorte que cada uma destas faces dá um número mais pequeno de preposições”, dessa forma, elas são subdivididas em cinco, a saber: **relação de origem** (*por* e *de*); **relação de motivo** (*visto, salvo* e *por*); **relação do objeto** (*a, para, para com, tocante, a respeito, acerca* – ou na grafia original: *a’cerca* e *após*); **relação do meio** (*com, por, mediante, apesar* – ou na grafia original: *a pesar* e *não obstante*) e **relação de modelo e regra** (*segundo, conforme* e *contra*).

Ainda, há uma classe que ele não havia privilegiado, são elas as chamadas *preposições iniciais*. Estas aparecem em outras obras gramaticais, geralmente com o nome de *posposição*, modernamente chamam-nas de *prefixos*. São algumas delas: *a* em *acastelar*; *des* em *desarmar, desfazer* etc.

7.4. GRAMÁTICA FILOSÓFICA DA LÍNGUA PORTUGUESA – JERÔNIMO SOARES BARBOZA - 1822

O gramático dedica pouco mais de 26 páginas de sua obra às preposições (310 a 337). E assim como em quase todas as outras gramáticas aqui analisadas, diz ele que a preposição é uma classe *conjuntiva* e que indica relações entre dois termos.

Curiosamente vai dizer que assim como a preposição, os verbos também ligam elementos discursivos, no entanto, não são termos propriamente, mas os juízos de uma proposição numa relação de *identidade* entre eles – assim, conforme a orientação racionalista, o verbo por excelência era o cópula. Além disso, para o gramático, há outras diferenças essenciais, por exemplo, o fato de um verbo exprimir tempo e, ainda, ser uma palavra declinável.

Por meio da pura lógica aristotélica clássica, vai mesmo atribuir dois valores a uma mesma preposição, fazendo aqui uma espécie de Teoria Temática bastante rudimentar:

Daqui duas espécies de complementos, uns *Determinativos*, e outros *Terminativos*. Quando digo: *O livro de Pedro*, a preposição com o nome *Pedro* é um complemento determinativo; porque determina e restringe a significação geral e vaga da palavra *livro*. Porém se digo: *O filho de Pedro*; o mesmo complemento é já terminativo; porque serve de termo à significação relativa da palavra *filho*. (p. 312).

Muito embora não escape à classificação tradicional ordinária: “[...] por si só não significa ideia alguma” (p. 313).

Mais adiante divide a seção em dois artigos. O primeiro vai estabelecer quais são as preposições de fato, e quais não o são. Faz isso sob um critério até bem ortodoxo: são preposições aquelas que tomam a posição de tal (critério sintático) nos clássicos portugueses.

Em seguida, vai dizer que uma preposição pode assumir mais de um “significado”. Na verdade, que uma mesma preposição pode vir a desempenhar relações diferentes. Assim: no lugar de *a* pode-se substituir por *para*; no lugar de *em*, pode-se substituir por *a*. Nesse particular, vai dizer que, em dada medida, a preposição tem uso arbitrário. Atribui este fenômeno, pelo fato de às vezes o “juízo” exprimir às vezes ideias abstratas, às vezes exprimir ideias concretas. Depois, segue uma longa classificação sintática, em que, no final, há um breve debate sobre os diversos significados / funções da preposição *a*.

No segundo artigo, Soares Barboza define as preposições segundo uma espécie de classificação flagrantemente semântica, dividindo-as em “primeira classe: preposições de estado e existência”, por exemplo, a preposição *em*, e de “segunda classe: preposições de ação e movimento”; *a* e *para* estão nessa classe, “pertencentes ao lugar *para onde*”. Dessa forma, o gramático português faz sua classificação semântica.

Uma distinção bastante interessante que faz dentre estas duas preposições é o fato de indicarem “movimentos” diferentes: “A primeira acepção da preposição *a* é de significar um lugar, aonde se dirige imediatamente qualquer movimento sem tensão de parar no mesmo lugar: *Vou a Lisboa* e não *para Lisboa* [...]” (p.: 331-332).

Limitamo-nos aos espaços deste artigo e fazemos, dessa forma, uma análise bastante abreviada desta gramática que, sem dúvida merece maiores análises, e que de fato as tem.

7.5. GÊNIO DA LÍNGUA PORTUGUESA – FRANCISCO LEONI, 1854

De todas as gramáticas aqui analisadas, esta é a que mais se dedica às preposições. Na verdade, os dois tomos da gramática dedicam-se quase que exclusivamente aos estudos das palavras. Ou seja, nessa gramática não há sintaxe. Contrário também a todas as obras aqui analisadas, Leoni diz que a preposição é uma das mais importantes classes de palavras:

São as preposições de que em português nos servimos essencialmente latinas em sua origem e forma. Não é isto, porém, o que nelas consideramos de mais notável. As propriedades que lhe são inerentes e que produzindo pasmosa variedade nas relações dos nomes e maravilhoso cambiante na acepção dos verbos assinalam principalmente o gênio da língua, constituem, por certo, o grande característico que a distingue [...]. (p. 5)

Contrário a Amaro de Roboredo e a maioria dos gramáticos, Leoni não concorda com a correspondência entre as preposições portuguesas e os Casos de Acusativo e Ablativo do latim.

Por fim, paralela, as preposições “indicam ideias”. Leoni dedica-se extensamente a cada uma das tradicionais preposições da língua, no entanto, investigaremos aqui apenas aquelas que são nosso objeto: *a*, *em* e *para*.

A PREPOSIÇÃO **A / AD**

Diz ele: “Significa movimento”, “[...] movimento dirigido a um termo, como o da seta arremessada ao alvo.” (p. 7).

“A ideia de movimento dirigido a um termo indica naturalmente a de direção e esta a de lugar para onde.”

“Da ideia de direção se depreende também a de *referência, tocante, relativo, acerca, quanto*. A mesma ideia de direção traz a de: *destinação, para, afim*, bem como a de posição frontal [...]”

Faz toda essa ginástica para dizer, no final, que esta preposição se filia (apenas) com alguns verbos de movimento com significação estrita de “lançar”, de “dirigir a algo ou alguém”. (p. 7)

E insistindo na ideia de projetar-se a, ou ideia de “movimento dirigido a um termo”, identifica o mesmo *a* como prefixo de adjetivos, tais como: *afidalgado, amouriscado, afrancesado*. E seguindo o mesmo raciocínio, ou seja, tomando o *a* como prefixo, toma como exemplo o verbo *acorrer* (recorrer a) do latim *accurrere*.

A PREPOSIÇÃO **EM**

Para o autor, equivale à ideia de movimento de fora para dentro, desde o latim também significa “tendência a um ponto anterior”. Parece, então, que o **em** gramaticalizou-se bastante. A seguir, mostramos os outros sentidos desta preposição admitidos por Leoni. Direção a um ponto; lugar para onde; destinação, para, afim; referência, tocante, relativo a; contrariedade, oposição; situação anterior,

dentro; lugar onde; atualidade, estado permanente; tempo e ocasião em que alguma coisa se faz; modo porque alguma coisa se faz; força e intensidade; negação.

A PREPOSIÇÃO **PARA / PERA**

Para Leoni, essa preposição é uma corruptela da locução latina *per ad*, e que no português da Idade Média tinha o sentido próximo ao de *ad*, ou seja, a correspondente **a** do português novecentista. Para ele, esta preposição pode significar: tendência; disposição e propensão; direção; lugar para onde; referência, relativo a, acerca, quanto; destinação, fim; conveniente, oportuno.

Como explicar que Leoni encontre tantos significados para a preposição? O que ele faz, na verdade, é literalmente, descrever uma lista de palavras com as quais se tem a possibilidade de combinar tal preposição. Mesmo assim, seu esforço não deixa de ser válido, no sentido de que muitos desses “primitivos” foram, posteriormente, atestados por teorias modernas.

7.6. GRAMÁTICA EXPOSITIVA – CARLOS EDUARDO PEREIRA, EDIÇÃO DE 1918

Nesta gramática – única representante brasileira desta seleção – é dedicada pouco menos de uma página (163 e 164) para a descrição das preposições. Apesar disso, é uma gramática que traz consigo intuições bastante pertinentes, e mesmo para época algumas dessas intuições são bastante originais. A começar pela afirmação:

As preposições, quanto ao *sentido*, classificam-se como os advérbios, conforme as circunstâncias ou as

relações que indicam. As primeiras *relações* indicadas pelas preposições são: – *tempo, lugar, causa, modo, meio, fim*. Elas se diferenciam, porém, dos *advérbios*, em serem *conectivos*, ao passo que o *advérbio* é, como o *adjetivo*, uma palavra apenas *modificadora*. (p. 163)

Embora haja esta divisão, classificada por critérios semânticos, o autor não separa quais são de *tempo, lugar, causa, modo, meio e fim*. No entanto, com algum esforço mental, podemos nós mesmos, leitores, fazer esta divisão natural.

8. CONFRONTANDO TEORIAS SUPOSTAMENTE DIFERENTES

Em seguida, vamos apontar algumas semelhanças entre as noções presentes nas GT's aqui estudadas e as noções de *primitivos semânticos*. Mais propriamente de três dentre as seis gramáticas aqui observadas, as quais nos pareceram mais relevantes, e das quais as noções de *preposição* mais se assemelham às modernas noções aqui apresentadas.

Na *Gramática Portuguesa* de Manoel Dias de Souza, de 1804, a preposição *a* é descrita como aquela que conduz a “ação relativa a objeto”, noção que se assemelharia a de Berg/Cançado de “estativo-objeto”. Para este autor, a preposição *para* indica “lugar”, o que estaria de acordo com a classificação de Castilho/Ilari de: “Preposição do eixo horizontal: de origem ou de meta”.

Para Jerônimo Soares Barbosa em sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* de 1822, as noções contidas nas preposições *a* e *para* – “movimento” – é muito semelhante à de Castilho/Ilari: “Preposição do eixo

Proximidade~Distância”. Para o mesmo gramático, a descrição da preposição *em*, que denota “estado e existência”, se assemelha à noção de Berg/Cançado de “estativo-objeto” e “estativo-modo”.

No *Gênio da Língua Portuguesa*, de Francisco Leoni, a intuição descrita para a preposição *a* é semelhante à mesma preposição descrita por Castilho/Ilari: “Preposição do eixo horizontal: de origem ou de meta, e respectivamente de Preposição do eixo Proximidade ~ Distância”. Para o gramático português, a preposição *em* teria a noção de “direção a um ponto, lugar para onde; destinação, para, afim; referência, tocante, relativo a; contrariedade”, o que se semelha muito tanto com a noção de Castilho/Ilari para a mesma preposição: “Preposição do eixo Proximidade~Distância, Preposição do eixo transversal”; quanto para Berg/Cançado: “estativo-objeto”; “estativo-modo”; “estativo-tempo”; “estativo-valor”; “estativo-finalidade”. Ainda, para Leoni, a preposição *para*, denota “tendência; disposição e propensão; direção; lugar para onde”, o que estaria de acordo com a classificação de Castilho/Ilari de “Preposição do eixo horizontal: de origem ou de meta” e de Berg/Cançado: “estativo-alvo / alvo-locativo”.

9. CONCLUSÕES

Especialmente nas gramáticas de Leoni e de Soares Barbosa, conseguimos notar que muitos dos sentidos apontados às preposições pela noção de *primitivos semânticos*, já estavam presentes nessas obras gramaticais. Mais uma vez, isso aponta

que tanto a noção de *primitivos* quanto os significados propostos pelos autores são, em dada medida, concluídos intuitivamente.

De qualquer forma, o que conseguimos apontar com este trabalho é o fato de que as GT's aqui estudadas, as quais englobam um período bastante considerável na bibliografia em língua portuguesa, de modo geral, apresentam intuições bastante originais por parte de seus autores, no que concerne à descrição das preposições diferentemente de muitos outros modelos – arriscaríamos em dizer, a maioria – esses autores em especial, gozam de uma liberdade para além das amarras do normativismo das gramáticas tradicionais.

No limite, procuramos mostrar neste artigo que as gramáticas tradicionais não são meras repetições seculares, são antes inventivas e exaustivas listas de classificações, na maioria das vezes, postuladas de maneira intuitiva, mas nem por isso menos – para usarmos um termo corrente nos séculos XVIII e XIX – geniosas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. S. **Grammatica philosophica da lingua portugueza** ou *principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem* – Academia Real das Sciencias. Lisboa: 1822. Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/title/PT/G.html>>. Acesso em: 23 de out. 2012.

BERG, M. **Os papéis temáticos das preposições**. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixfelin/trabalho/doc/74.doc>>. Acesso em: 20 de nov. 2012.

BORGES NETO, J. **A gramática gerativa transformacional**: um ensaio de filosofia da linguística. 1991. [vi], 277 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1991.

_____. **Ensaio de Filosofia da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. Gramática Tradicional e Linguística Contemporânea: continuidade ou ruptura? **Revista Todas as Letras**, n. 14. Ed. UFMG, 2012, p.87-96.

CANÇADO, M. Uma aplicação da teoria generalizada dos papéis temáticos: verbos psicológicos. **Revista do GEL**. Número Especial: Em Memória de Carlos Franchi. Eds. Altman C., M. Hackerott e E. Viotti. São Paulo: Humanitas/Contexto, 2002, p.93-128.

CASTILHO, A. Diacronia das preposições do eixo transversal no português brasileiro. In: NEGRI, Lígia, FOLTRAN, Maria José; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta (Orgs.). **Sentido e significado**: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004, p.11-47.

_____. **Nova Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

FRANCHI, C. Linguagem – atividade constitutiva. **Revista do GEL**. Número Especial: Em Memória de Carlos Franchi. Eds. Altman C., M. Hackerott e E. Viotti. São Paulo: Humanitas/Contexto, 2002, p.37-76.

GODOY, L. **Preposições e os verbos transitivos indireto**: interface sintaxe-semântica lexical. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/marciacancado/preposi%C3%A7%C3%B5es_e_os_vti.pdf>. Acesso em: 12 de dez. 2012.

ILARI, R. et al. *A Preposição*. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do Português culto falado no Brasil**: classes de palavras e processos de construção. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008, p.623-808.

JACKENDOFF, R. **Semantic structures**. MIT Press, 1990.

LEONI, F. E. **Gênio da língua portuguesa**,

ou causas racionais e philologicas de todas as reformas e derivações da mesma lingua. Typ. do “Panorama”, Lisboa:1858. Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/title/PT/G.html>>. Acesso em: 23 de out. 2012.

NASCIMENTO, J. V. (Org.). **A Historiografia linguística**: rumos possíveis. São Paulo: Pulsar, 2005.

NEVES, M. H. de M. **A gramática**: história, teoria, análise e ensino. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

OLIVEIRA, F. de. **A gramática da linguagem portuguesa**. Lisboa: IN/CM, 1975.

PEREIRA, E. C. **Gramática expositiva**: curso superior. 60. ed. São Paulo: Nacional, 1943.

ROBOREDO, A. de. **Methodo grammatical para todas as línguas**. edição facsimilada. Vila Real: Centro de Estudios em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007.

SAEED, Jo. I. **Semantics**. 2. ed. Malden, MA: Blackwell, 2003.

SILVA, R. V. M. E. **Tradição gramatical e gramática tradicional**: fundamentos da gramática tradicional, leitura crítica das gramáticas escolares, análise da sintaxe do português. São Paulo: Contexto, 1989.

SOUSA, M. D. de. **Grammatica portugueza**.: Real Imp. da Universidade, Coimbra: 1804. Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/title/PT/G.html>>. Acesso em: 23 de out. 2012.

Recebido para publicação em 30 de abril de 2013

Aceito para publicação em 27 de out. de 2013